



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 2827
Ent. 4582

SUA COMUNICAÇÃO DE
19.11.2019

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 9474/2019

DATA 16 DEZ. 2019

N.º 347

ASSUNTO: Resposta à pergunta 162/XIV/1.^a de 19 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar BE - Bloco de Esquerda (Deputados José Manuel Pureza, Sandra Cunha e Beatriz Gomes Dias) - Falta de funcionários na 7.^a Secção do DIAP de Lisboa.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

FT/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 162/XIV/1.^a de 19 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar BE - Bloco de Esquerda (Deputados José Manuel Pureza, Sandra Cunha e Beatriz Gomes Dias) - Falta de funcionários na 7.^a Secção do DIAP de Lisboa.

Os Senhores Deputados José Manuel Pureza, Sandra Cunha e Beatriz Gomes Dias do Bloco de Esquerda, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, questionam o Governo, através da Senhora Ministra da Justiça, sobre a “*falta de funcionários na 7.^a Secção do DIAP de Lisboa*”, porquanto referem que foi recentemente noticiado que a mencionada Secção especializada de combate à violência doméstica tem apenas sete funcionários a tramitar os 1400 processos que estão pendentes.

Nesse sentido, interrogam se o Governo tem conhecimento desta situação, qual a carga processual adequada aos oficiais de justiça e para os magistrados de cada unidade especializada e, que procedimentos concursais irá o Governo abrir para reforçar as autoridades judiciais, os órgãos de polícia criminal e o corpo de funcionários judiciais.

No que concerne ao quadro de funcionários das secções do DIAP, importa esclarecer que, reconhecendo-se as exigências inerentes ao pleno funcionamento de uma unidade especializada no combate à violência doméstica, a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), no movimento extraordinário dos oficiais de justiça de setembro de 2019, reforçou o quadro do Ministério Público do núcleo de Lisboa, com mais 7 funcionários.

Cabendo à DGAJ a responsabilidade pela colocação dos oficiais de justiça nas respetivas comarcas, fá-lo por referência ao Núcleo, globalmente considerado, cabendo aos órgãos de gestão da Comarca (no caso, ao senhor administrador da Comarca, sob as orientações da Senhora Magistrada Coordenadora do Ministério Público) a concreta alocação a cada serviço ou seção, cabendo igualmente aqueles órgãos a adoção de todas as medidas de gestão



exigidas por eventuais desequilíbrios pontuais, comuns, nomeadamente em situações de doença ou de outro tipo de ausências.

Neste sentido, estarão reunidas as condições para que nunca esteja comprometido o funcionamento de qualquer secção numa Comarca que dispõe de cerca de 272 oficiais de justiça dos serviços do Ministério Público, dos quais 180 se encontram colocados no núcleo de Lisboa.

Ao nível do reforço de quadros, estão a ser desenvolvidos os procedimentos necessários para a admissão de novos oficiais de justiça e magistrados.

No que concerne ao reforço do quadro de magistrados, importa esclarecer que entre 2010 e 2014 houve apenas um concurso para admissão ao Centro de Estudos Judiciários para a admissão de futuros magistrados do Ministério Público, sendo que, até 2010 e desde 2014, a frequência de admissão era anual.

Face a tal lacuna de novas admissões, prolongada no tempo, o quadro de magistrados ficou consideravelmente depauperado, levando ainda alguns anos até à reposição dos mínimos razoáveis.

Quanto à abertura de procedimentos concursais para reforçar os órgãos de polícia criminal (OPCs), de acordo com a Lei de Organização da Investigação Criminal a investigação referente a violência doméstica é da competência da GNR e da PSP, pelo que não podemos responder quanto ao reforço dos quadros dos OPCs para combate e investigação deste tipo penal.

★

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, 16 de dezembro de 2019